

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



PARTE II – Duração: 2 horas

Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

O IVA suportado por um sujeito passivo do regime normal do IVA com a aquisição de uma máquina que vai ser utilizada na produção de artigos cuja comercialização é tributada em IVA:

- a) É dedutível aquando do pagamento.
- b) É dedutível aquando da aquisição.
- c) É dedutível à medida que a máquina for sendo depreciada ou amortizada.
- d) Não é dedutível.

Questão 27.:

A venda de uma mercadoria por uma empresa portuguesa a uma empresa espanhola, com entrega em instalações desta em território português:

- a) Está isenta de IVA.
- b) Não está sujeita a IVA.
- c) Está sujeita a IVA e não isenta.
- d) Beneficia de uma isenção completa de IVA.

Questão 28.:

Um particular, colecionador de viaturas antigas, vendeu um automóvel antigo de que era proprietário e que adquirira para juntar à coleção. A venda:

- a) Está sujeita a IVA.
- b) Pode estar sujeita a IVA.
- c) Não está sujeita a IVA.
- d) Está isenta de IVA.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 29.:

As ajudas de custo não faturadas a clientes, quando estejam disponíveis mapas de controlo adequados e não haja lugar a tributação dos beneficiários em IRS:

- a) Não são aceites como gastos para efeitos de IRC e estão sujeitas a tributação autónoma.
- b) São aceites como gastos para efeitos de IRC e estão sujeitas a tributação autónoma.
- c) São aceites como gastos para efeitos de IRC e não estão sujeitas a tributação autónoma.
- d) Não são aceites como gastos para efeitos de IRC e não estão sujeitas a tributação autónoma.

Questão 30.:

Uma pessoa de nacionalidade espanhola e com residência fiscal em Portugal obteve um rendimento de capitais num país com o qual não foi celebrado acordo para evitar a dupla tributação, nem por Portugal, nem por Espanha. Esse rendimento:

- a) Está sujeito a IRS em Portugal, sendo sujeito a englobamento.
- b) Está sujeito a IRS em Portugal e a tributação do rendimento em Espanha.
- c) Está sujeito a IRS em Portugal, não estando sujeito a englobamento obrigatório.
- d) Tem o enquadramento que está na “Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento”.

Questão 31.:

Em IRS, o englobamento de rendimentos prediais:

- a) Pode ser vantajoso para o sujeito passivo, atendendo à taxa marginal de tributação a que ele fique sujeito.
- b) Pode ser vantajoso para o sujeito passivo, atendendo à taxa média de tributação anterior ao englobamento.
- c) É sempre vantajoso para o sujeito passivo.
- d) Só é vantajoso para o sujeito passivo se ele não tiver quaisquer outros rendimentos facultativamente englobáveis.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 32.:

A Sociedade Beta, Lda. adquiriu um armazém novo pelo preço de € 400 000, a que corresponde, nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, uma taxa de depreciação de 2%.

Dado que o alienante renunciou à isenção de IVA, a Sociedade Beta, Lda., liquidou e deduziu o imposto respeitante à aquisição, no montante de € 92 000.

A depreciação máxima que pode ser aceite fiscalmente no ano do início de utilização do armazém é:

- a) € 6 000.
- b) € 7 380.
- c) € 8 000.
- d) € 9 840.

Questão 33.:

O Sr. J. Costa fez uma doação de uma viatura a um neto em 2016. Essa doação:

- a) Está sujeita a IRS, mas beneficia de isenção.
- b) Está sujeita a IMT.
- c) Está isenta de imposto do selo.
- d) Está isenta de IMT.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 34.:

O montante do duodécimo de maio de 2016 da depreciação de uma cabine de pintura de uma oficina do ramo automóvel em funcionamento desde maio de 2015 e adquirido a um fornecedor através de um contrato de *leasing* constitui, relativamente a 2016:

- a) Uma despesa e um custo do período.
- b) Um componente do custo das obras executadas do mês.
- c) Um custo e um pagamento do período.
- d) Um pagamento e uma despesa do período.

Questão 35.:

Quando uma empresa que presta serviços de contabilidade adotar o método direto para o apuramento dos custos de produção dos trabalhos executados ao longo de cada mês:

- a) Os gastos referentes às naturezas indiretas são imputados diariamente a cada trabalho executado dada a facilidade desta repartição.
- b) As contas relativas aos gastos gerais de fabrico, a repartir pelos custos de produção dos serviços, recolhem as informações por contrapartida das contas da contabilidade financeira.
- c) Se utilizar uma quota teórica, no final de cada mês apura-se o montante dos gastos reais indiretos por naturezas e compara-se com o total dos gastos imputados segundo o critério adotado.
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 36.:

Certa empresa Beta dedica-se à prestação serviços de “catering” e explora, em regime de contrato, o refeitório de uma determinada empresa sita na cintura industrial de Lisboa, faturando 4,80€ por cada refeição. No período N a empresa Beta obteve um custo variável unitário fabril e não fabril de 3,00€ e 0,20€, respetivamente. Sabendo que o total de gastos fixos da produção e de gastos fixos não industriais totalizaram 6.982,00€ e 4.576,40€, respetivamente, para que a empresa obtenha um resultado antes de impostos de 10 por cento do valor das vendas, terá que produzir e vender (considerando que não existem *stocks* iniciais nem finais):

- a) 10.320 refeições.
- b) 10.230 refeições.
- c) 10.450 refeições.
- d) 10.180 refeições.

Questão 37.:

A empresa Gama dispõe de uma estrutura fabril com várias secções principais para executar diversos trabalhos encomendados pelos clientes e as secções auxiliares ou de apoio Administrativa e Manutenção destinadas a apoiar a fábrica. Os gastos da secção Administrativa são repartidos pelas restantes secções fabris em percentagem, cabendo à Manutenção 12,5%. A Manutenção efetua a conservação dos edifícios e equipamentos fabris e tem como unidade de obra a Hh, que é utilizada no cálculo do custo dos trabalhos executados.

Em certo período, a secção Manutenção teve de gastos diretos 18.523,00€ e trabalhou 450 Hh, das quais 30 Hh foram utilizadas para reparar uma máquina da secção Administrativa.

Sabendo que os gastos da secção Administrativa somaram 39.241,00€, o custo unitário da Hh de Manutenção do período foi:

- a) 50,00 €.
- b) 54,00 €.
- c) 52,50 €.
- d) 55,00 €.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 38.:

A empresa Alfa dedica-se à moagem de cereais para produção de farinhas destinadas às padarias. As normas técnicas de moagem de 1 tonelada de farinha de milho exigem 0,64 ton de cereal tipo A, 0,45 ton de cereal tipo B e 18 kg de aditivos.

O padrão preço é de 3.000€/ton para o cereal tipo A, 7.500€/ton para o cereal tipo B e 45€/kg para os aditivos.

Em certo período produziram-se 750 toneladas de farinha de milho que consumiram 490 toneladas do cereal tipo A compradas a 2.950€/ton, 340 toneladas do cereal tipo B adquiridas a 7.480€/ton e 13,55 ton de aditivos comprados a 42€/kg.

O desvio de quantidade e preço do cereal tipo B foi, respetivamente:

- a) 18.250€ favorável e 6.800€ favorável.
- b) 18.750€ desfavorável e 6.800€ favorável.
- c) 18.750€ favorável e 6.750,00€ favorável.
- d) 18.250€ desfavorável e 6.750€ favorável.

Questão 39.:

Certa empresa industrial fabricou e vendeu em determinado período 6.500 unidades do produto Z e segue o custeio total na mensuração dos produtos fabricados e acabados. A estrutura de gastos da empresa acarretou 377.000,00€ de gastos fabris, dos quais 60% de natureza variável e 313.000,00€ de gastos não fabris, dos quais 25% de natureza variável.

Se a empresa adotasse o custeio variável no cálculo dos custos de cada unidade de produto Z em vez do custeio total:

- a) O custo de produção unitário seria superior em 22,30€.
- b) O custo de produção unitário seria superior em 24,50€.
- c) O custo de produção unitário seria inferior em 23,20€.
- d) O custo de produção unitário seria inferior em 20,50€.

<p align="center">Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)</p>	<p align="center">3 junho 2017</p>	<p align="center">VERSÃO A</p>
--	---	---------------------------------------



Questão 40.:

A empresa Quimicor, SA, produz, em regime de produção conjunta, os produtos M e N e o subproduto S que a empresa vende no mercado depois de suportar o custo da embalagem no montante de 15,00€ cada. A empresa teve custos conjuntos (matérias primas mais gastos de conversão) 14.775,0 milhares de euros e obteve 80.000 unidades de M, 50.000 unidades de N e 15.000 unidades de S. No período X a empresa vendeu 78.000 unidades de M ao preço de 187,50€ cada, 48.500 unidades de N a 180,00€ cada e 14.800 unidades de S a 40,00€ cada.

Sabendo que os *stocks* iniciais eram nulos e que a empresa reparte os custos conjuntos proporcionalmente ao valor de venda relativo e mensura o subproduto pelo lucro nulo, os custos unitários dos produtos M e N no período X foram, respetivamente:

- a) Produto M – 112,50€ e produto N - 108,00€.
- b) Produto M – 115,00€ e produto N - 105,00€.
- c) Produto M – 110,00€ e produto N - 107,50€.
- d) Produto M – 112,50€ e produto N - 105,00€.

Questão 41.:

A Siderurgia da Maia, SA, produz na sua fundição peças modelo padronizadas modelo 1352017F destinadas ao mercado de exportação. A direção da siderurgia definiu que os defeitos normais possam atingir até 1 por cento da quantidade lançada em fabrico. No período N a siderurgia lançou em fabrico 40.000 peças tendo o controlo de qualidade rejeitado 480 peças que pesaram 720 kg e foram vendidas no mercado como sucata ao preço 2,00€/kg.

Sabendo que os custos de produção das peças do modelo referido (materiais incorporados e gastos de conversão) somaram 706.080,00€ e que as sucatas são mensuradas pelo valor realizável líquido, a conta *Produtos Acabados – Peça modelo 1352017F* foi movimentada no período:

- a) A débito, por 703.456,00€.
- b) A crédito, por 703.456,00€.
- c) A débito, por 704.880,00€.
- d) A crédito, por 704.880,00€.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 46, A SEGUIR APRESENTADAS, VERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ SER EFETUADA
COM BASE NO REGIME GERAL DE SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO

Questão 42.:

Um acionista subscreve 1.000 ações da sociedade BETA, S.A. com um valor nominal de 1 €/cada e entrega à sociedade, em dinheiro, o respetivo preço total de subscrição, ou seja 1.500 €, conforme previsto no prospeto de colocação das ações.

Para a empresa, a diferença entre o valor subscrito e o valor realizado constitui:

- a) Uma reserva de capital que origina um aumento de capital próprio.
- b) Um suprimento, que origina um passivo.
- c) Uma prestação suplementar que origina um aumento de capital próprio.
- d) Um prémio de emissão que origina um aumento de capital próprio.

Questão 43.:

A sociedade GAMA, S.A. apresentou a evolução de capitais próprios seguinte:

Conta	Designação	31/12/N	31/12/N-1
51	Capital Social (120.000 ações x valor nominal de 1 €/cada)	120.000€	100.000€
54	Prémios de emissão	4.000€	-
551	Reservas legais	1.750€	1.600€
552	Outras reservas	450€	-
56	Resultados transitados	-	(1.500)€
58	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.500€	-
818	Resultado líquido	5.000€	3.000€

Indique as medidas que a Administração da empresa terá adotado, ao longo de N, por forma a permitir a evolução dos capitais próprios apresentada:

<p align="center">Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)</p>	<p align="center">3 junho 2017</p>	<p align="center">VERSÃO A</p>
--	---	---------------------------------------



- a) Aumento de capital com emissão e subscrição integral de 20.000 novas ações ao preço de 1 €/cada; adoção do modelo de revalorização para alguns ativos fixos tangíveis; e, distribuição de 50% do resultado líquido do período anterior.
- b) Aumento de capital com emissão e subscrição integral de 20.000 novas ações ao preço de 1,2 €/cada; adoção do modelo de revalorização para alguns ativos fixos tangíveis; e, distribuição de 50% do resultado líquido do período anterior.
- c) Aumento de capital com emissão e subscrição integral de 20.000 novas ações ao preço de 1,2 €/cada; adoção do modelo de revalorização para alguns ativos fixos tangíveis; e, distribuição de 30% do resultado líquido do período anterior.
- d) Venda das suas ações próprias; aumento de capital com subscrição de 20.000 novas ações com um prémio de emissão de 0,2 €/cada; adoção do modelo de revalorização para alguns dos ativos fixos tangíveis; e, distribuição de 30% do resultado líquido do período anterior.

Questão 44.:

A empresa OMEGA, S.A. efetuou entregas junto do FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) cuja quantia escriturada totaliza 1.200,00 euros. Por informação obtida à data de 31 de dezembro de 2016, o justo valor do fundo é de 1.380,00 euros.

Sabendo que em 2016 e em 2017, a taxa de IRC é de 21%, a OMEGA, S.A. deve, para proceder ao reconhecimento deste ganho com referência à data de 31 de dezembro de 2016:

- a) Debitar 41581 – FCT – Fundo de Compensação do Trabalho / Creditar 772 - Ganhos por aumentos de justo valor – Em investimentos financeiros, por 180 €; e Debitar 8122 – Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido / Creditar 2742 – Passivos por impostos diferidos, por 37,80 €.
- b) Debitar 41581 – FCT – Fundo de Compensação do Trabalho / Creditar 772 - Ganhos por aumentos de justo valor – Em investimentos financeiros, por 180 €; e Debitar 2742 – Passivos por impostos diferidos / Creditar 8122 – Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido, por 37,80 €.
- c) Debitar 41581 – FCT – Fundo de Compensação do Trabalho / Creditar 772 Ganhos por aumentos de justo valor– Em investimentos financeiros, por 180 €.
- d) Debitar 41581 – FCT – Fundo de Compensação do Trabalho / Creditar 772 - Ganhos por aumentos de justo valor – Em investimentos financeiros, por 180 €; e Debitar 2741 –Ativos por impostos diferidos / Creditar 8122 – Resultado líquido do período - Imposto sobre o rendimento do período – Imposto diferido, por 37,80 €.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 45.:

Uma empresa celebrou um contrato para a construção de um imóvel pelo montante de 2.000.000 €. O custo para a realização do contrato foi estimado em 1.700.000 €, tendo sido revisto no final do segundo ano para 1.800.000 €.

O prazo previsto para a execução do contrato é de três anos e a faturação será emitida: 30 % no primeiro ano, 40 % no segundo ano e 30 % com a conclusão da obra.

Dados do contrato ao longo do período de execução:

	Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Custos incorridos	425.000 €	871.000 €	504.000 €
Faturação	600.000 €	800.000 €	600.000 €

No final do segundo ano, a aplicação do método da percentagem do acabamento determinaria o registo contabilístico:

- a) Débito 282 – *Rendimentos a reconhecer*: 100.000 € e
Débito 2721 – *Devedores por acréscimo de rendimentos*: 40.000 € /
Crédito subconta de 72 – *Prestações de serviços*: 140.000 €.
- b) Débito 2721 – *Devedores por acréscimo de rendimentos*: 40.000 € /
Crédito subconta de 72 – *Prestações de serviços*: 40.000 €.
- c) Débito 2721 – *Devedores por acréscimo de rendimentos*: 24.000 € /
Crédito subconta de 72 – *Prestações de serviços*: 24.000 €.
- d) Débito subconta de 72 – *Prestações de serviços*: 140.000 € /
Crédito 282 – *Rendimentos a reconhecer*: 100.000 € e
Crédito 2721 – *Devedores por acréscimo de rendimentos*: 40.000 €.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Terminado o processo de candidatura e feita a inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados, os contabilistas certificados António e João pretendem constituir uma sociedade de contabilidade. O que devem fazer perante a Ordem?

- Após a constituição da sociedade, o contabilista certificado nomeado diretor técnico deve, no prazo de 15 dias, informar a Ordem da sua designação.
- Apresentar ao conselho diretivo da Ordem uma proposta de pacto social para aprovação do respetivo pacto social.
- Como se trata de uma sociedade em que os sócios são contabilistas certificados, não é necessário nomear um diretor técnico.
- Informar que exercem a atividade como gerentes de uma sociedade.

Questão 47.:

A violação do dever de segredo profissional é punida com a pena de:

- Advertência.
- Multa.
- Suspensão.
- Expulsão.

Questão 48.:

Perante a prática pelo seu cliente de um crime público, o contabilista certificado deve denunciar os factos de que tomou conhecimento:

- À Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Ao Ministério Público e à Ordem dos Contabilistas Certificados.
- À Polícia Judiciária.
- Qualquer uma das entidades anteriores.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o art.º 31.º do Estatuto da OCC)	3 junho 2017	VERSÃO A
--	---------------------	-----------------



Questão 49.:

O dever de lealdade entre contabilistas certificados é aplicável:

- a) Sempre que existam honorários em dívida.
- b) Quando o contrato de prestação de serviços é denunciado antes do respetivo prazo de duração, de forma a garantir o pagamento dos honorários em dívida.
- c) Quando o contabilista certificado substitui outro contabilista certificado no exercício das suas funções ou lhe seja solicitado que se pronuncie sobre o trabalho do colega.
- d) Sempre que existem salários em atraso.

Questão 50.:

A omissão do dever de comunicação à Ordem do diretor técnico tem como consequência:

- a) A responsabilidade disciplinar do contabilista certificado nomeado.
- b) A responsabilidade civil dos gerentes da sociedade.
- c) A dissolução imediata da sociedade.
- d) Todas as anteriores.